

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

ACTA N.º 23/2013

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano dois mil e treze, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luis, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiram à reunião Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado em Direito, Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** 1. Competência delegada e subdelegada; 2. Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA:** 1. Acta; 2. **DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO:** 2.1. Prestação de Contas Intercalar – Janeiro a 15 de Outubro de 2013; 2.2. Tarifário de Água – volumes mínimos contratualizados com a EPAL; 2.3. Isenção de taxas – eventos de interesse municipal; 2.4. Plano Anual de Feiras 2014; 2.5. Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da área do Município durante a quadra natalícia do ano de 2013; 2.6. Seguro de Acidentes Pessoais – Membros dos Órgãos Autárquicos – Mandato 2013/2017; 2.7. Prestação de serviços em regime de avença – Jurista – Regularização do Património Municipal – Renovação; 2.8. Designação de representante da Autarquia no Hospital Beatriz Ângelo; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----
--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----
--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----
--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagens em anexo (ANEXO I e II). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente informou que, desde 25 de Novembro corrente, a empresa designada por Compagnie Générale des Eaux (Portugal) – Consultadoria e Engenharia, S.A., passou a ser designada por Be Water, S.A.. Esta alteração decorreu da mudança de accionista concretizada no passado mês de Junho, com a venda da Compagnie Générale des Eaux (Portugal) à Beijing Enterprises Water Group. -----

--- Deu, também, conhecimento da disponibilização de um espaço, no edifício dos Paços do Concelho, para os trabalhadores, que assim o desejarem, poderem ali almoçar. -----

--- Informou, igualmente, sobre decisões em matéria de recursos humanos: 1) Alteração do horário dos trabalhadores do edifício dos Paços do Concelho, a partir de 1 de Janeiro de 2014, organizado com plataformas móveis (das 08.00 horas às 09.30 horas, das 12.00 horas às 14.30 horas e das 17.00 horas às 18.30 horas) e com plataformas fixas (das 09.30 horas às 12.00 horas e das 14.30 horas às 17.00 horas), permitindo que os trabalhadores possam gerir os seus tempos de trabalho, em coordenação com os seus superiores, de forma a não afectar o regular e eficaz funcionamento dos serviços, especialmente no que diz respeito ao atendimento ao público. Esta medida promove, ao mesmo tempo, a conciliação da actividade profissional com a vida pessoal, disponibilizando tempo livre para apoio à família; 2) Concessão de tolerância de ponto no dia de aniversário de cada trabalhador, a partir de 1 de Janeiro de 2014. Anunciou, também, que foi concedida a tolerância de ponto na véspera de Natal (24 de Dezembro) e na tarde de 31 de Dezembro.-----

--- DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE: -----

--- O Vereador Elísio Summavielle pronunciou-se sobre a conferência de imprensa efectuada pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, manifestando o seu desagrado por não utilizarem uma sala no edifício dos Paços do

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

Concelho, com vista à realização da mesma. Na sua opinião, a resposta não fora a mais correcta, dado tratar-se do local onde os Vereadores exercem as suas funções, pelo que, em democracia, estes pedidos devem ser considerados, independentemente dos temas a discutir. -----

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

--- Reportando-se à lista de decisões proferidas, no uso de competências delegadas, a Vereadora destacou algumas dessas decisões, nomeadamente a legalização de adaptação de habitação a estabelecimento de restauração, legalização de alteração e mudança de utilização para oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis, ampliação de oficina de bate-chapas e pintura. Salientou ter esperança que tais situações representem a criação de postos de trabalho. No que se refere à lista de adjudicações, evidenciou a contratação, à PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores de Contas, Lda., de serviços profissionais de procedimentos acordados relativos aos compromissos financeiros, assumidos pela Câmara Municipal de Mafra, com referência a 15 de Outubro de 2013, questionando se esta auditoria externa já havia terminado, se os resultados apresentados, no dia anterior, na sessão da Assembleia Municipal, eram os definitivos e se, por último, os mesmos serão facultados a todos os Vereadores. -----

--- DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA: -----

--- O Vereador Rogério Costa registou o seu desagrado pela forma como fora tratado o pedido de sala para a conferência de imprensa. Por outro lado, agradeceu a forma como fora recebido pelo Director de Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, pelos diversos dirigentes, assim como pelos demais trabalhadores, aquando da visita dos Vereadores aos serviços sítos nos Paços do Concelho. -----

--- No que concerne à actividade da Assembleia Municipal, registou, com agrado, a intenção de descentralização das reuniões, esperando que sejam disponibilizadas melhores condições para o público, ao contrário do que sucede na actual sala do Palácio Nacional de Mafra. Lamentou, ainda, o facto de não se ter deliberado, de forma diferente, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, perdendo-se

uma oportunidade de concretizar uma ruptura com a política que vinha a ser feita até ao momento, estando convicto de que os problemas financeiros não serão resolvidos apenas por este aumento. -----

--- O Vereador Rogério Costa apresentou, por fim, uma proposta no sentido de se proceder ao levantamento das necessidades de reparação de todos os parques infantis existentes no Concelho, a qual fica anexa à presente acta e que dela faz parte integrante (ANEXO III). -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos agradeceu o profissionalismo demonstrado pelo Director de Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro no decorrer da visita efectuada, aos Paços do Concelho, dos Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária. -----

--- O Vereador transmitiu a sua preocupação quanto à falta de condições, para o público, na sala onde decorrem as reuniões da Assembleia Municipal, o que obriga a que os munícipes permanecem de pé. -----

--- Aditou, ainda, que tivera conhecimento de vários pedidos efectuados para que fossem realizadas sessões de Assembleia de Freguesia extraordinárias e que se verificara que os eleitos locais responsáveis daquelas freguesias tinham-se recusado a proceder à marcação das mesmas. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente referiu que se associava no desejo de que as obras referenciadas venham a contribuir para o aumento de postos de trabalho no Concelho. Sobre a auditoria externa, referiu que está em elaboração o relatório final, sendo que, após a sua conclusão, o mesmo será, como é óbvio, distribuído pelos Vereadores. -----

--- Quanto ao pedido de cedência de espaço nos Paços do Concelho para a realização de conferências de imprensa, esclareceu que, tratando-se de um assunto de carácter partidário, existem outros locais mais apropriados, entre os quais as correspondentes sedes partidárias. Ainda assim, disponibilizou, para utilizações futuras, o Auditório da Casa de Cultura D. Pedro V, em Mafra. -----

--- Sobre o funcionamento das Assembleias de Freguesia, disse não ser responsabilidade da Câmara Municipal intervir sobre essa matéria. -----

--- Quanto à falta de condições para o público, durante as sessões da Assembleia Municipal, referiu que o assunto está a ser objecto de análise, sabendo-se, no entanto, das dificuldades orçamentais para a sua resolução. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013



--- Relativamente à proposta de levantamento das necessidades de intervenção nos parques infantis, informou que o Departamento Sociocultural procede à monitorização regular das condições dos referidos parques infantis. Admitiu que, pela má utilização, alguns destes equipamentos carecem de manutenção, mas nem sempre é possível a intervenção. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador esclareceu que, quando interviera sobre as Assembleias de Freguesia, fora para que o Executivo tivesse conhecimento do assunto. -----

--- Relativamente à cedência do Auditório da Casa de Cultura D. Pedro V, disse discordar da proposta, não partilhando das objecções colocadas quanto à utilização dos Paços do Concelho, porquanto as conferências de imprensa não são de cariz partidário, mas sim prestadas por Vereadores eleitos democraticamente. -----

--- **DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE:** -----

--- O Vereador Elísio Summavielle esclareceu que o direito de oposição pressupõe a realização de conferências de imprensa. Apesar de considerar que a oposição democrática deve ser enobrecida, declarou que aceitava a disponibilização do Auditório da Casa de Cultura D. Pedro V para o efeito. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- A propósito da informação dada sobre a mudança accionista concretizada com a venda da Compagnie Générale des Eaux (Portugal) à Beijing Enterprises Water Group, questionou sobre se a Câmara teria participado nas negociações e se teria recebido alguma contrapartida financeira pela referida mudança. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara informou que não se recebera qualquer contrapartida face à aquisição da totalidade do capital social pelo novo accionista. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador referiu que, no *site* da Be Water, na sua versão em inglês, encontrava-se informação de que existe a possibilidade de um aumento de tarifas da água, questionando sobre se a Câmara tem algum conhecimento deste assunto. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara Municipal informou que, aquando da análise e discussão do ponto 2.2. da Ordem de Trabalhos, o Vereador ficaria esclarecido. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **LISTA DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 11 E 22 DE NOVEMBRO DO ANO EM CURSO:** -----

--- O Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da lista de adjudicação de prestações de serviços, no período compreendido entre 11 e 22 de Novembro de 2013, em conformidade com o documento anexo (ANEXO IV). -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- **1. ACTA:** -----

--- Foi distribuída a todos os Vereadores cópia da acta da reunião realizada em 15 de Novembro findo, sobre a qual não foram feitos quaisquer comentários, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO:** -----

--- **2.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALAR - JANEIRO A 15 DE OUTUBRO DE 2013:** -----

--- Presentes os documentos de prestação de contas intercalar, relativos ao período de 1 de Janeiro a 15 de Outubro de 2013, elaborados nos termos das considerações técnicas do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais legislação aplicável, que foram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando tal for solicitado. -----

--- Por solicitação do Presidente da Câmara Municipal, a Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública passou a apresentar, de forma sumária, através de visionamento em videoprojector, a Prestação de Contas Intercalar (ANEXO V). -----

--- O Presidente enalteceu o esforço desenvolvido por todos os trabalhadores na execução deste documento. -----

--- Analisados os documentos supra mencionados, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente da Câmara e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da Coligação Democrática Unitária, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar os Documentos de Prestação de

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

Contas Intercalar, período de 1 de Janeiro a 15 de Outubro de 2013, submetendo os mesmos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da citada Lei, elaborados nos termos das considerações técnicas do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Mais deliberou remeter, ao Tribunal de Contas, os documentos já referidos para cumprimento do disposto na Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Instruções n.º 1/2001 (Organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Os Vereadores Rogério Costa, Antonieta Lourenço e Sérgio Santos apresentaram as seguintes declarações de voto verbais: -----

--- O Vereador Rogério Costa justificou o seu voto contra, declarando que não questiona a competência dos serviços, mas o que está em causa são as decisões que levaram a estes números, sendo essa a causa do seu voto. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço declarou que, não colocando em causa a eficiência dos serviços, o seu voto prendia-se com as razões que justificam alguns números. -----

--- O Vereador Sérgio Santos justificou o seu voto de vencido, entendendo que a responsabilidade do exercício é do Executivo do Partido Social Democrata.-----

--- 2.2. TARIFÁRIO DE ÁGUA - VOLUMES MÍNIMOS CONTRATUALIZADOS COM A EPAL: -----

--- Presente, em anexo, proposta do Presidente da Câmara Municipal, datada de 25 de Novembro corrente (ANEXO VI). -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, em complemento à proposta apresentada, explicou primeiramente que o Concelho de Mafra não dispõe de captações próprias, sendo os fornecimentos assegurados pela EPAL e também pelas Águas do Oeste. Esclareceu que se pretende que a proposta tarifária de fornecimento de água, a apresentar para 2014, não faça repercutir o custo de incumprimentos, relativos à cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água, contratualizada entre o Município de Mafra e a EPAL. Mais informou que, neste momento, a Câmara Municipal está em negociação com a EPAL, a fim de rever os

referidos consumos mínimos obrigatórios, uma vez que estes não estão adaptados às necessidades presentes. -----

--- O Presidente aditou que, se os consumos mínimos fossem repercutidos na factura, tal como estão contratualizados, obrigariam a que o tarifário da água tivesse de aumentar 18% no próximo ano. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle referiu que, nas últimas duas décadas, houve uma política que, na sua opinião, estava estrategicamente errada em relação à água, pelo que, neste momento, muitos municípios se encontram nas «mãos» de quem tem as concessões de água. Relativamente a esta proposta, considera que o assunto fora bem fundamentado, declarando que o sentido de voto dos eleitos pelo Partido Socialista seria favorável. Quanto a um aumento do preço de água, parece-lhe ser inaceitável e certamente levaria a uma acção popular. Desejou que estas negociações sejam levadas a bom porto e que se minimize estes efeitos no futuro. -

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou sobre qual o papel da actual Be Water neste processo. -----

--- Em aditamento, o Presidente explicou que a empresa Be Water, SA não tem qualquer intervenção na matéria em apreço. A Be Water, SA aplica o tarifário aprovado pela Câmara Municipal, o qual integra, ou não, a aplicação dos consumos mínimos, daí ser necessário efectuar negociações com a EPAL. -----

--- No uso da palavra, o Vereador Rogério Costa declarou que a CDU – Coligação Democrática Unitária será sempre a favor de todas as iniciativas que sejam em prol dos munícipes e do Município. Recordou que, quando se concessionou os serviços de água, se dizia que se ia prestar um melhor serviço e que a água ia ser mais barata, o que não aconteceu. O Vereador registou que, cada vez mais, se assiste a um menor consumo de água, o que é sintoma da crise. Referiu, ainda, não acreditar nas estimativas quando estas indicam que, a partir de 2017, o consumo da água aumentará. -----

--- O Presidente aditou que, embora reconheça que os factores económicos recentes possam contribuir para uma redução de consumos, existem dois motivos de grande relevância: por um lado, as acções de sensibilização que têm vindo a ser feitas; por outro lado, o investimento feito pela concessionária no controlo das perdas de água, implicando a diminuição considerável de volumes desperdiçados na rede. -----

--- A Câmara Municipal, concordando com a proposta, deliberou, por unanimidade, aprovar o desenvolvimento da negociação com a EPAL, nos termos ali referidos,

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

bem como a comunicação à concessionária Compagnie Générale des Eaux (Portugal), SA ora designada Be Water, SA que, face, às diligências em curso, a proposta tarifária a apresentar para 2014 não faça repercutir o custo correspondente à parcela do volume mínimo anteriormente contratualizado com a EPAL. -----

--- 2.3. ISENÇÃO DE TAXAS - EVENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12738, elaborada pelo Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, datada de 25 de Novembro corrente, sobre a qual recaiu despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 26 do mesmo mês (ANEXO VII). -----

--- A Câmara Municipal, atentos os fundamentos presentes na Informação supra referida, deliberou, por unanimidade, para efeitos da previsão do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Mafra, reconhecer o manifesto e relevante interesse municipal dos eventos de natureza cultural, desportiva, social ou recreativa, promovidos por entidades de cariz associativo, públicas, civis ou religiosas, cuja actividade principal seja exercida no Concelho, desde que as receitas daí decorrentes sejam destinadas a financiar actividades ou investimentos dessas mesmas entidades ou de outras de igual mérito, no âmbito dos respectivos objectos sociais. Mais deliberou, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 32.º e 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delegar, com faculdade de subdelegação, no Presidente da Câmara, a competência para isentar de taxas os promotores dos eventos atrás referidos no respeito pelos critérios ora aprovados. Deliberou, ainda, que todos os casos que não se incluam na previsão do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município de Mafra, ou sobre os quais exista dúvidas sobre o interesse municipal dos eventos respectivos, continuem a ser submetidos a deliberação camarária. -----

--- 2.4. PLANO ANUAL DE FEIRAS 2014: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12622, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director do Departamento da

Presidência, Administração Geral e Financeiro, bem como do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 26 de Novembro corrente (ANEXO VIII). -----

--- Em complemento à informação atrás mencionada, o Presidente informou que, auscultadas as Juntas de Freguesias, se propõe aprovar o plano anual de feiras para 2014, apresentando como novidades, no 1.º semestre de 2014: a reactivação da feira mensal de Mafra, no terceiro domingo do mês, a decorrer no Parque Intermodal, logo após as necessárias adaptações técnicas; e a introdução de uma nova feira na envolvente do Palácio e na Alameda do Jardim do Cerco, destinando-se apenas à comercialização e promoção do artesanato e dos produtos regionais, ocorrendo no primeiro fim-de-semana de cada mês. -----

--- O Vereador Hugo Moreira Luís pronunciou-se sobre este plano, aditando que estas duas feiras visam, por um lado, a dinamização económica e, por outro, a promoção das tradições locais. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle declarou que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista iam votar favoravelmente. Na sua opinião, as feiras são importantes, na medida em que, na sua génese, estas têm uma história muito rica que foi construída ao longo de séculos. Reconhece que, em frente ao Palácio, o cuidado deve ser redobrado, com preocupação sobre o aspecto visual da feira. De seguida, referiu-se à feira da Malveira, a qual tem, na sua opinião, um reconhecido potencial turístico-económico, pelo que merece ser tratada, qualificada e valorizada, de modo a que, enquanto cartaz, possa constituir uma mais-valia importante para o Concelho. -----

--- O Vereador Rogério Costa registou, com agrado, o interesse do Executivo na promoção das actividades socioculturais, salientando, também, a sua preocupação quanto à preservação do património na envolvente do Palácio. Sugeriu que se estudasse a utilização de estruturas amovíveis, de qualidade. Quanto à feira da Malveira, lamentou que se assista à diminuição do número de visitantes, atendendo à tradição que esta tem no Concelho. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal elucidou que a feira da Malveira se encontra, desde longa data, sob a responsabilidade directa da respectiva Junta. Quanto à utilização de estruturas amovíveis na frente do Palácio, apresentou o desenho do esboço das referidas estruturas, as quais estão em apreciação técnica. Mais informou que, no período compreendido entre 6 e 29 de Dezembro, a Câmara Municipal organiza o evento "O Natal chega à Vila", convidando os Vereadores a participar na abertura que terá início pelas 17 horas do dia 6 de Dezembro, no

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra. O evento que junta artesãos, responsáveis pela comercialização de produtos regionais e instituições de solidariedade num mesmo espaço de venda e de recolha de bens de primeira necessidade, contempla, também, um programa de animação muito diversificado. --

--- O Vereador Elísio Summavielle sugeriu a organização de uma Feira Nacional do Pão, que reunisse os vários tipos de pães regionais, desde o Minho até ao Algarve, de modo a que Mafra fosse conhecida como a capital desse produto, à escala de Portugal. -----

--- O Presidente informou ser sua intenção rever o conceito do Festival do Pão, abrindo o certame à participação nacional e internacional, alargando o seu período de duração, organizando outras actividades promocionais paralelas e dando-lhe, também, um carácter solidário, inspirado no conceito "Pão por Deus". -----

--- O Vereador Rogério Costa registou, com agrado, que se esteja a estudar a alteração do conceito do Festival do Pão. Declarou estar disponível para contribuir, com ideias, para que Mafra seja projectada à escala nacional, concentrando a atenção mediática. -----

--- Analisada a informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto n.º 6 do artigo 18.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de Abril, diploma que estabelece o regime jurídico a que fica sujeito a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam, aprovar o plano anual de feiras para o ano de 2014, conforme documentação em anexo. -----

--- **2.5. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA ÁREA DO MUNICÍPIO DURANTE A QUADRA NATALÍCIA DO ANO DE 2013:** -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 18 de Novembro corrente (ANEXO IX). -----

--- Atendendo à proposta em anexo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação

de Serviços do Concelho de Mafra, autorizar os estabelecimentos comerciais da área do Município, que assim o desejem, a funcionar durante o mês de Dezembro até às 24:00 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, sem necessidade de alterarem os Mapas de Horários afixados, e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis sobre a matéria laboral. -----

--- 2.6. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS - MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - MANDATO 2013/2017: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12548, elaborada pela Área de Património, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director de Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, datados, respectivamente, de 21 e 25 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado em 26 do mesmo mês (ANEXO X). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 17.º, do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, aprovar os seguros de acidentes pessoais dos membros do Executivo, nos termos propostos. Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para que esta possa deliberar no que respeita ao referido seguro para os respectivos membros. -----

--- 2.7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - JURISTA - REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12576, elaborada pela Área de Património, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director de Departamento, datados, respectivamente de 21 e 25 de Novembro corrente, assim como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado em 26 do mesmo mês (ANEXO XI). -----

--- Em aditamento à informação supra referida, o Presidente informou sobre as diligências com vista à redução remuneratória substancial agora proposta, informando que a renovação se justifica pelo facto de a técnica em causa ter a cargo a análise de vários processos que importam concluir, no âmbito da regularização do património municipal. -----

--- O Vereador Rogério Costa questionou sobre a possibilidade de pudermos existir técnicos da Câmara a efectuarem este trabalho ou, na sua impossibilidade, porque não se recorrer a empresas especializadas na resolução destas matérias. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 29.11.2013

--- Interveio a Vereadora Antonieta Lourenço, referindo que, durante a visita efectuada aos serviços nos Paços do Concelho, constatara o trabalho eficiente feito pelos serviços da Câmara na legalização do património municipal. Acrescentou, igualmente, que durante a campanha verificara o valor substancial que era despendido com esta avença, considerando-a por isso não essencial. -----

--- Em complemento à informação já dada, o Presidente informou que a proposta de renovação do contrato de prestação de serviços, em regime de avença, com a jurista em apreço, partira dos próprios serviços que o haviam justificado com a ausência de recursos humanos especializados para este fim. Mais disse que, sendo a renovação por seis meses, a oportunidade da continuação da mesma será devidamente avaliada. -----

--- O Vereador Rogério Costa disse que o seu sentido de voto era de abstenção atendendo ao esclarecimento final do Presidente. Na sua opinião, o prazo de seis meses servirá para averiguar sobre o andamento dos processos que a jurista tem em mãos ou outro tipo de alternativa que seja menos onerosa para a Câmara Municipal. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente da Câmara, e os votos contra da Vereadora Antonieta Lourenço do Partido Socialista e as abstenções dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Santos, do Partido Socialista, e do Vereador Rogério Costa, da Coligação Democrática Unitária, face à factualidade constante da Informação em apreço, atendendo a que se verifica a necessidade da prestação de serviços em causa, em resultado das especificidades técnicas de que a mesma se reveste, e considerando o regime consignado nas disposições conjugadas dos n.os 4 e 10, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redacção actual, e do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de Fevereiro, na sua redacção vigente, dar parecer prévio favorável à renovação do Contrato de Prestação de Serviços supra referido, uma vez que se trata da execução de trabalho não

subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego, com uma redução de remuneração de 50%. -----

--- 2.8. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA AUTARQUIA NO HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO: -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 20 de Novembro corrente (ANEXO XII). -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse que os membros do Partido Socialista se iam abster, uma vez que não tinham sido auscultados quanto a esta proposta. -----

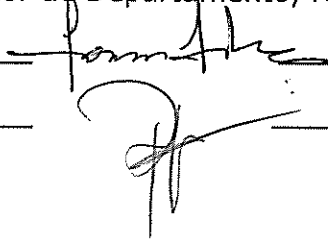
--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do Vereador Rogério Costa da CDU e do Presidente da Câmara e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos conjugados na alínea oo), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; e no artigo 18.º do Regulamento Geral do Hospital Beatriz Ângelo, designar como representante do Município, no Conselho Consultivo do Hospital Beatriz Ângelo, a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues. -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram doze horas, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que o mesmo vai assinar e que eu, Paulo António Pardal Dias Jorge, Director de Departamento, redigi e subscrevo. -----



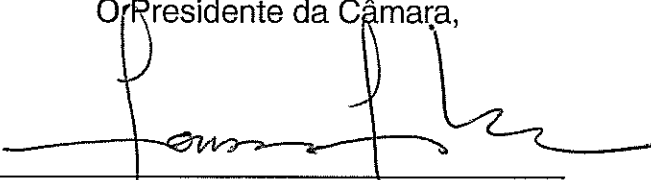
Handwritten signature of Paulo António Pardal Dias Jorge, Director de Departamento, over a horizontal line.

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 2013/11/07 a 2013/11/20.

Mafra, 21 de Novembro de 2013.

O Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA		
OP	187/2013	LIC03	4988/2013	2013/11/04	2013/11/20	AMILCAR DOS SANTOS BAPTISTA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, MUROS E DESTAQUE RUA DO ALTO DO PORTELA-CASAL PAIXÃO
OP	274/2006	LIC03	5024/2013	2013/11/05	2013/11/18	CARLOS ANTÔNIO GRILLO NOGUEIRA	LEGALIZAÇÃO DE ADAPTAÇÃO DE HABITAÇÃO A ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E ANEXO AMOVÍVEL CAMINHO DAS FONTAINHAS-CASAL DO BORRALHO
OP	44/2011	LIC03	4698/2013	2013/10/17	2013/11/08	CARLOS DOS SANTOS PEDRO DA SILVA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO MALPAGAS-MARVÃO
OP	193/2007	LIC03	4767/2013	2013/10/22	2013/11/08	CARLOS JORGE MARQUES COTRIM	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA, ARRUMOS E MUROS DE VEDAÇÃO VALE MURTEIRA-BARRIL
OP	112/2013	LIC03	4946/2013	2013/10/30	2013/11/08	HENRIQUE JORGE AVELAR DOS SANTOS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM ENXARA DO BISPO
OP	1113/1997	LIC03	4284/2013	2013/09/17	2013/11/19	MANUEL RODRIGUES PIRES	TRANSFORMAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA, N. 13-ERICEIRA
OP	815/1999	LIC03	4842/2013	2013/10/24	2013/11/08	ZÉLIA MARIA JORGE ESTEVES	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM JERUMELO

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
RO	100/2013	LIC64	4973/2013	2013/10/31	2013/11/19	C - DEFERIDO	CARLOS MANUEL AFONSO DE SOUSA	PEDIDO DE DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO LAPA-VENDA DO PINHEIRO
OP	49/2013	LIC64	4853/2013	2013/10/24	2013/11/14	C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇIONAMENTOS	JOSÉ RAÚL SIMÕES AGOSTINHO	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS RUA 1.º DE MAIO, N.º 39 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MALVEIRA E S. MIGUEL DE ALCAINÇA

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO	FUNC.		
RO	82/2009	LIC71	4880/2013	2013/10/28	2013/11/14	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	1260	IVO RENATO FERREIRA FERNANDES	CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO RUA DO BOM PASTOR-VILA DE CANAS
OP	240/1990	LIC71	4828/2013	2013/10/23	2013/11/12	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	1260	RUI MANUEL ANTUNES DA SILVA	AMPLIAÇÃO DE OFICINA DE BATE-CHAPAS E PINTURA ACHADA

011

X

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO	FUNC.		
VP	11/2013	VP01	4475/2013	2013/10/01	2013/11/12	D - DEFERIDO	1260	LISBOAGÁS GDL-SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL DE LISBOA, S.A.	COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PUBLICA-PROJ. 261/12 RUA MARIA JULIETA SIMÕES VALÉRIO SILVA-MAFRA

52

7

INFORMAÇÃO

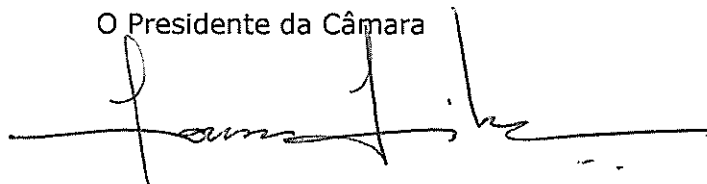
Informa-se a Câmara Municipal da decisão por mim proferida, no dia 13 de Novembro de 2013, ao abrigo das competências que me foram delegadas, nos termos da deliberação de Câmara de 18 de Outubro e cujo resumo é o seguinte:

- Adjudicação do **"Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em Média Tensão e Baixa Tensão Especial, da Câmara Municipal de Mafra, durante 4 meses (Novembro de 2013 a Março de 2014)"**, nos termos do artigo 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção, à empresa à **EDP Comercial S.A.**, pelo valor global de **€182.823,16 (Cento e Oitenta e Dois Mil Oitocentos e Vinte e Três Euros e Dezasseis Cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, sendo que ao Lote 1 corresponde um total de €32.305,36 (Trinta e Dois Mil Trezentos e Cinco Euros e Trinta e Seis Cêntimos) e ao Lote 2 corresponde um total de €150.517,80 (Cento e Cinquenta Mil Quinhentos e Dezassete Euros e Oitenta Cêntimos), ambos acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor.

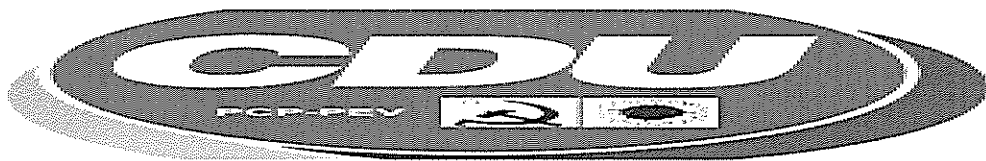
Mafra, 25 de Novembro de 2013

À Reunião para conhecimento.

O Presidente da Câmara



(Helder António Guerra de Sousa Silva)



PROPOSTA

Assunto: O MELHOR DO MUNDO SÃO AS CRIANÇAS

"Quando vejo uma criança, ela inspira-me dois sentimentos: ternura, pelo que é, e respeito pelo que pode vir a ser."

Lembrei-me da poesia de pessoa e de outros episódios. Quando se assiste ao nascimento de uma criança tudo fica diferente. Mais ainda quando ela é nossa. Do nosso sangue. Basta o olhar para cativar; basta a sonoridade vocal para deslumbrar; basta a inocência para acreditar; basta o futuro que lhe resta para nos alimentar: de sonhos, de projetos, de ambições, de esperança, de amor. O melhor mesmo é as crianças.

Neste nosso mundo em que se confunde a imaginação com a realidade, nem tudo acontece como se sonha.

Quantos sonhos deram origem a cenários catastróficos?

Quanta demagogia gerou violência sem fim? Quantos pensamentos beneméritos caíram em saco roto?

De que vale acreditar no fantasioso e nas utopias quando nada se faz para mudar coisa alguma?

É preciso mudar tanto, mesmo nadando em águas turvas, como acontece atualmente no nosso País, quando esse é o único caminho, porque pelas crianças é necessário galgar fronteiras e preconceitos, pois o melhor do mundo ~~é~~ ^{está} nas crianças.

Assim, o vereador da CDU propõe ao executivo camarário em reunião de 29/11/2013, que mande fazer um levantamento das necessidades/reparações de todos os parques infantis existentes no Concelho. Recordo que o parque infantil existente no Jardim do Cerco, tem alguns aparelhos deteriorados e sem utilização há anos.

As crianças de Mafra merecem.

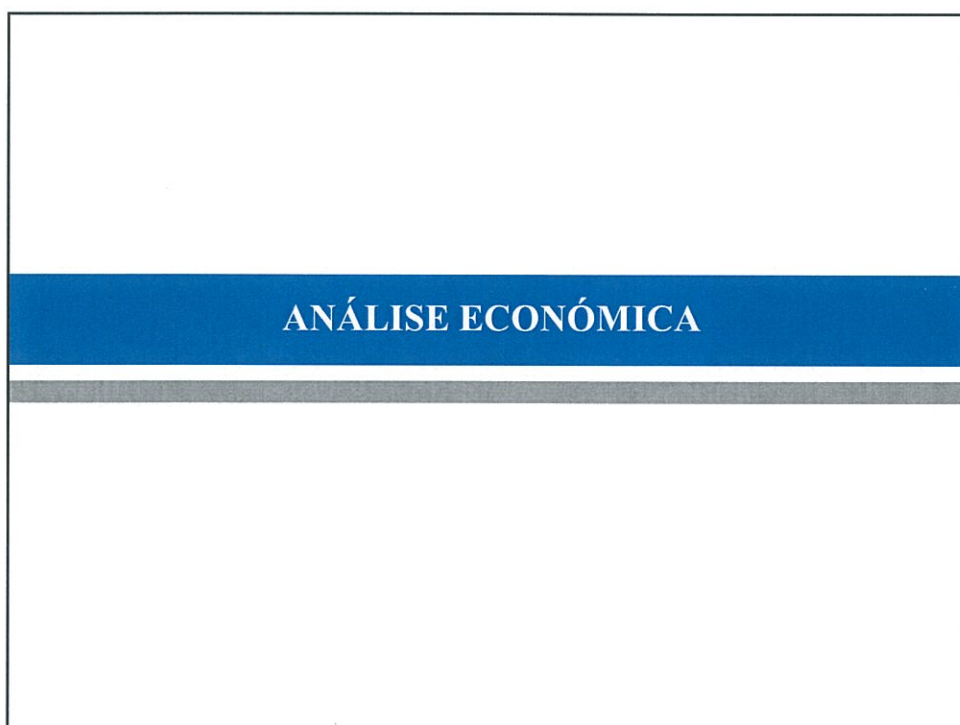
Atenciosamente

Rogério Costa

(Vereador CDU)

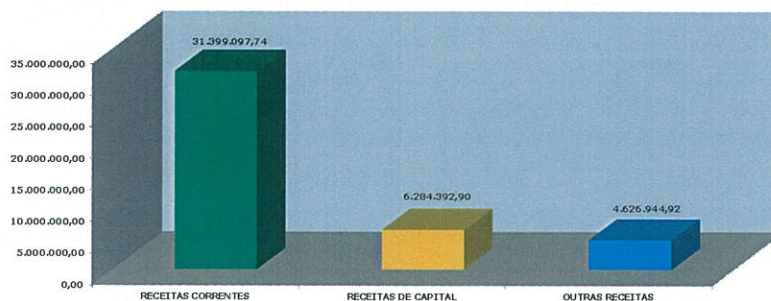
Lista de Adjudicação de Prestações de Serviços no período compreendido entre 11 Novembro e 22 de Novembro de 2013

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
STERICYCLE PORTUGAL, LDA.	367,23 €	Recolha de Resíduos - LOTE 1 - Resíduos Hospitalares (Categoria III e IV) pelo prazo de um ano	12-11-2013
TAP AIR PORTUGAL - LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÕES	39,36 €	Calibração de cronómetro (ÁREA DE METROLOGIA)	12-11-2013
DD GOMES-INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, S.A.	3.947,07 €	Reparação da Iluminação Pública: Reparação de coluna de iluminação - acidente viação na CRIMA 1-LONGO DA VILA	12-11-2013
PRIVATE - PROTECCAO E SEGURANCA, UNIPessoal, LDA	387,94 €	Serviços de Vigilância e Segurança - adenda ao contrato anual resultante da alteração do horário de vigilância nos Paços de Concelho	12-11-2013
PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA	27.060,00 €	Contratação de serviços profissionais de procedimentos acordados relativos aos compromissos financeiros assumidos pela CMM com referência a 15 de Outubro de 2013	13-11-2013



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

(UNIDADE: EURO)					
DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA (1)	LIQUIDADADA (2)	COBRADA BRUTA (3)	DESVIO (4) = (3) - (1)	TAXA DE EXECUÇÃO (5) = (3)/(1)
RECEITAS CORRENTES	42.048.305,00	32.508.319,86	31.399.097,74	-10.649.207,26	74,67
RECEITAS DE CAPITAL	22.066.500,00	6.284.392,90	6.284.392,90	-15.782.107,10	28,48
OUTRAS RECEITAS	4.603.745,00	4.626.652,38	4.626.944,92	23.199,92	100,50
TOTAL	68.718.550,00	43.419.365,14	42.310.435,56	-26.408.114,44	61,57

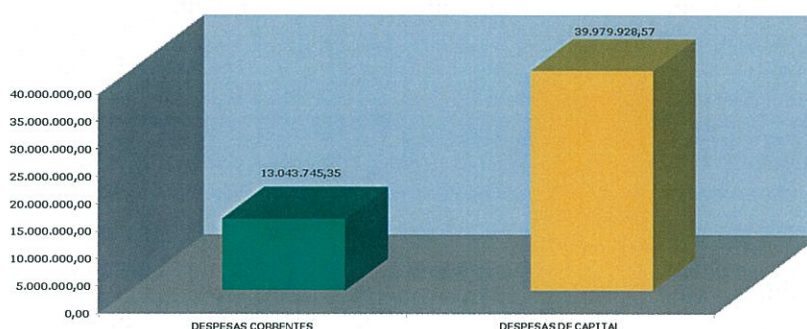


EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(UNIDADE: EURO)					
DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA (1)	LIQUIDADADA (2)	COBRADA BRUTA (3)	DESVIO (4) = (3) - (1)	TAXA DE EXECUÇÃO (5) = (3)/(1)
IMPOSTOS DIRECTOS	17.851.610,00	10.783.573,03	10.783.573,03	-7.068.036,97	60,41
IMPOSTOS INDIRECTOS	2.041.430,00	1.702.434,99	1.697.577,26	-343.852,74	83,16
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3.275.790,00	2.321.475,33	2.310.672,08	-965.117,92	70,54
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	434.875,00	252.821,53	251.334,53	-183.540,47	57,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.028.470,00	9.533.009,30	9.533.009,30	-2.495.460,70	79,25
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.315.240,00	7.742.697,40	6.643.561,18	328.321,18	105,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.890,00	172.308,28	179.370,36	78.480,36	177,79
RECEITAS CORRENTES	42.048.305,00	32.508.319,86	31.399.097,74	-10.649.207,26	74,67
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	5.718.050,00	1.700,00	1.700,00	-5.716.350,00	0,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.284.955,00	3.082.692,90	3.082.692,90	-1.202.262,10	71,94
ACTIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00	0,00	-5,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	5.063.490,00	3.200.000,00	3.200.000,00	-1.863.490,00	63,20
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.000.000,00	0,00	0,00	-7.000.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	22.066.500,00	6.284.392,90	6.284.392,90	-15.782.107,10	28,48
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	22.912,38	23.204,92	23.199,92	464.098,40
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	4.603.740,00	4.603.740,00	4.603.740,00	0,00	100,00
OUTRAS RECEITAS	4.603.745,00	4.626.652,38	4.626.944,92	23.199,92	100,50
TOTAL	68.718.550,00	43.419.365,14	42.310.435,56	-26.408.114,44	61,57

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA (1)	DESPESA COMPROMETIDA (2)	DESPESA REALIZADA/FATURADA (3)	DESPESA PAGA (4)	DESVIO (4) - (3) = (5)	TAXA DE EXECUÇÃO (6) = (4)/(1)	(UNIDADE: EURO)
							DESPESA REALIZADA E NÃO PAGA (7) = (3) - (4)
DESPESAS CORRENTES	41.893.195,00	36.599.814,94	32.088.708,28	26.936.183,22	-14.957.011,78	64,30	5.152.525,06
DESPESAS DE CAPITAL	26.825.355,00	19.010.524,26	18.003.067,86	13.043.745,35	-13.781.609,65	48,62	4.959.322,51
TOTAL	68.718.550,00	55.610.339,20	50.091.776,14	39.979.928,57	-28.738.621,43	58,18	10.111.847,57



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA (1)	DESPESA COMPROMETIDA (2)	DESPESA REALIZADA/FATURADA (3)	DESPESA PAGA (4)	DESVIO (4) - (3) = (5)	TAXA DE EXECUÇÃO (6) = (4)/(1)	(UNIDADE: EURO)
							DESPESA REALIZADA E NÃO PAGA (7) = (3) - (4)
DESPESAS COM PESSOAL	15.175.850,00	14.155.107,96	11.220.682,28	11.158.107,98	-4.017.742,02	73,53	62.574,30
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	22.003.155,00	18.478.667,23	17.610.686,12	12.541.170,74	-9.461.984,26	57,00	5.069.515,38
JUROS E OUTROS ENCARGOS	180.460,00	141.876,05	115.272,42	114.663,66	-65.796,34	63,54	608,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.670.770,00	2.269.301,32	1.711.343,48	1.711.343,48	-959.426,52	64,08	0,00
SUBSÍDIOS	50,00	0,00	0,00	0,00	-50,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.862.910,00	1.554.862,38	1.430.723,98	1.410.897,36	-452.012,64	75,74	19.826,62
DESPESAS CORRENTES	41.893.195,00	36.599.814,94	32.088.708,28	26.936.183,22	-14.957.011,78	64,30	5.152.525,06
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	19.427.855,00	14.064.903,04	13.082.641,48	9.302.068,97	-10.125.786,03	47,88	3.780.572,51
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	218.420,00	217.419,60	175.564,70	175.564,70	-42.855,30	80,38	0,00
ACTIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00	0,00	0,00	-5,00	0,00	0,00
PASSIVOS FINANCEIROS	4.049.075,00	2.720.076,62	1.634.861,68	1.634.861,68	-2.414.213,32	40,38	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.130.000,00	2.008.125,00	3.110.000,00	1.931.250,00	-1.198.750,00	61,70	1.178.750,00
DESPESAS DE CAPITAL	26.825.355,00	19.010.524,26	18.003.067,86	13.043.745,35	-13.781.609,65	48,62	4.959.322,51
TOTAL	68.718.550,00	55.610.339,20	50.091.776,14	39.979.928,57	-28.738.621,43	58,18	10.111.847,57

ENDIVIDAMENTO

EVOLUÇÃO DE FINANCIAMENTO A MÉDIO E LONGO PRAZO

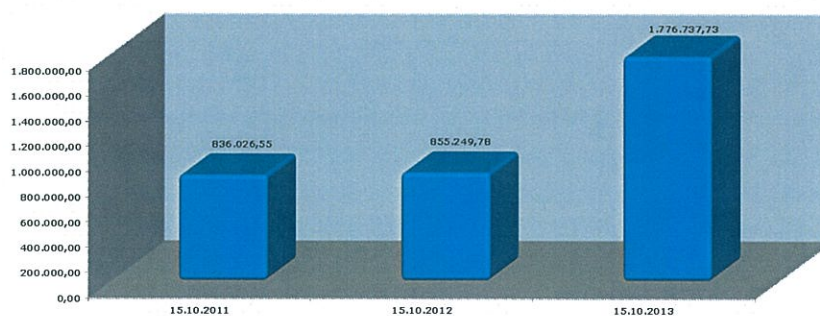
(UNIDADE: EURO)

EMPRESTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO	15.10.2011	15.10.2012	VARIAÇÃO 2012/2011		15.10.2013	VARIAÇÃO 2013/2012	
			ABS	%		ABS	%
TOTAL	7.585.017,32	6.757.600,72	-827.416,60	-10,91	6.019.149,61	-738.451,11	-10,93

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(UNIDADE: EURO)

SERVIÇO DE DÍVIDA	15.10.2011	15.10.2012	VARIAÇÃO 2012/2011		15.10.2013	VARIAÇÃO 2013/2012	
			ABS	%		ABS	%
TOTAL	836.026,55	855.249,78	19.223,23	2,30	1.776.737,73	921.487,95	107,74



POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO

(UNIDADE: EURO)

DESIGNAÇÃO	15.10.2011	15.10.2012	VARIAÇÃO 2012/2011		15.10.2013	VARIAÇÃO 2013/2012	
			ABS	%		ABS	%
RECEITA CORRENTE EXECUTADA	30.554.392,43	32.244.196,55	1.689.804,12	5,53	31.399.097,74	-845.098,81	-2,62
DESPESA CORRENTE EXECUTADA	27.068.937,00	26.351.519,64	-717.417,36	-2,65	26.936.183,22	584.663,58	2,22
POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA	3.485.455,43	5.892.676,91	2.407.221,48	69,06	4.462.914,52	-1.429.762,39	-24,26



SALDO GLOBALEFECTIVO

DESIGNAÇÃO	(UNIDADE: EURO)						
	15.10.2011	15.10.2012	VARIACÃO 2012/2011		15.10.2013	VARIACÃO 2013/2012	
			ABS	%		ABS	%
RECEITAS CORRENTES	30.554.392,43	32.244.196,55	1.689.804,12	5,53	31.399.097,74	-845.098,81	-2,62
RECEITAS DE CAPITAL (EFECTIVA)	3.662.081,80	5.000.041,76	1.337.959,96	36,54	6.284.392,90	1.284.351,14	25,69
OUTRAS RECEITAS	8.027.797,70	7.101.145,69	-926.652,01	-11,54	4.626.944,92	-2.474.200,77	-34,84
RECEITAS TOTAIS	42.244.271,93	44.345.384,00	2.101.112,07	4,97	42.310.435,56	-2.034.948,44	-4,59
DESPESAS CORRENTES	27.068.937,00	26.351.519,64	-717.417,36	-2,65	26.936.183,22	584.663,58	2,22
DESPESAS DE CAPITAL (EFECTIVA)	8.295.525,00	11.344.191,55	3.048.666,55	36,75	13.043.745,35	1.699.553,80	14,98
DESPESAS TOTAIS	35.364.462,00	37.695.711,19	2.331.249,19	6,59	39.979.928,57	2.284.217,38	6,06
SALDO CORRENTE	3.485.455,43	5.892.676,91	2.407.221,48	69,06	4.462.914,52	-1.429.762,39	-24,26
SALDO DE CAPITAL	-4.633.443,20	-6.344.149,79	-1.710.706,59	36,92	-6.759.352,45	-415.202,66	6,54
SALDO GLOBAL EFECTIVO	-1.147.987,77	-451.472,88	696.514,89	-60,67	-2.296.437,93	-1.844.965,05	408,65

EXECUÇÃO DAS GOP'S POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

DESIGNAÇÃO	(UNIDADE: EURO)				
	DOTAÇÃO CORRIGIDA (1)	REALIZADO (FACTURADO) (2)	PAGO (3)	DESVIO (4) = (3) - (1)	TAXA DE EXECUÇÃO (5) = (3)/(1)
1. FUNÇÕES GERAIS	1.628.895,00	887.117,68	635.743,14	-993.151,86	39,03
2. FUNÇÕES SOCIAIS	22.039.985,00	16.570.878,24	10.798.630,66	-11.241.354,34	49,00
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	12.613.205,00	10.479.610,26	7.874.284,12	-4.738.920,88	62,43
4. OUTRAS FUNÇÕES	7.434.255,00	4.602.705,88	4.602.705,88	-2.831.549,12	61,91
TOTAL	43.716.340,00	32.540.312,06	23.911.363,80	-19.804.976,20	54,70



EVOLUÇÃO DAS GOP'S POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

DESIGNAÇÃO	15.10.2011	15.10.2012	VARIACÃO 2012/2011		15.10.2013	VARIACÃO 2013/2012	
			(UNIDADE: EURO)				
			ABS	%		ABS	%
1. FUNÇÕES GERAIS	886.082,64	783.524,22	-102.558,42	-11,57	635.743,14	-147.781,08	-18,86
2. FUNÇÕES SOCIAIS	14.392.963,06	15.918.813,85	1.525.850,79	10,60	10.798.630,66	-5.120.183,19	-32,16
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.996.296,53	3.615.487,64	1.619.191,11	81,11	7.874.284,12	4.258.796,48	117,79
4. OUTRAS FUNÇÕES	1.940.195,23	1.884.074,90	-56.120,33	-2,89	4.602.705,88	2.718.630,98	144,30
TOTAL	19.215.537,46	22.201.900,61	2.986.363,15	15,54	23.911.363,80	1.709.463,19	7,70

ANÁLISE FINANCEIRA

BALANÇO

(UNIDADE: EURO)	
DESIGNAÇÃO	15.10.2013
IMOBILIZADO	239.921.886,01
EXISTÊNCIAS	45.224,62
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	1.517.761,34
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	3.338.226,59
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	17.312.411,14
ACTIVO	262.135.509,70
PATRIMÓNIO	180.274.586,09
AJUSTAMENTO DE PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS	462.378,56
RESERVAS	1.485.070,04
DOAÇÕES	3.516.481,27
RESULTADOS TRANSITADOS	17.797.347,85
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-8.424.744,70
FUNDOS PRÓPRIOS	195.111.119,11
DÍVIDAS A TERCEIRO - MÉDIO E LONGO PRAZO	11.692.687,26
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	12.563.478,62
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	42.768.224,71
PASSIVO	67.024.390,59
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	262.135.509,70

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(UNIDADE: EURO)	
DESIGNAÇÃO	15.10.2013
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	196.758,22
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	14.429.831,28
CUSTOS COM O PESSOAL	11.593.795,97
TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS	1.780.550,23
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	10.744.062,30
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	1.880.000,00
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	69.142,83
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	324.951,10
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	568.359,90
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	41.587.451,83
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	6.017.956,59
IMPOSTOS E TAXAS	14.824.646,06
PROVEITOS SUPLEMENTARES	67.484,09
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	9.968.912,13
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	508,33
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	279.377,01
PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	2.003.822,92
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	33.162.707,13
RESULTADOS OPERACIONAIS	-9.014.633,63
RESULTADOS FINANCEIROS	-45.574,09
RESULTADOS CORRENTES	-9.860.207,72
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-8.424.744,70



OBRIGADA

PROPOSTA

ASSUNTO: Cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água, contratualizado entre o Município de Mafra e a EPAL.

O contrato existente entre o Município de Mafra e a EPAL contempla uma cláusula quanto à obrigatoriedade de pagamento dos consumos mínimos de água, quer a mesma seja ou não consumida. No entanto, a alteração significativa dos pressupostos de consumo, no que concerne quer às capitações, quer à evolução do número de consumidores, determina que se deva proceder à sua revisão, em ordem a que o tarifário não seja sujeito a significativas alterações com reflexo no consumidor final.

Considerando que:

- O mercado de captação, distribuição e venda da água, sendo altamente regulado, é referente a um bem essencial e também um recurso escasso;
- A opinião pública e os consumidores em particular têm vindo, cada vez mais, fruto de campanhas de sensibilização, a aderir aos "eco-gestos", reduzindo e racionalizando o consumo de água;
- Os factores económicos recentes também têm contribuído para uma redução de consumos;
- A evolução é divergente entre as capitações reais e previstas no contrato:

CAPITAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Capitações Previstas Contrato	11,25	11,34	11,79	11,54	11,87	11,72	11,78	11,87	11,96	12,05	12,14	12,13	12,23
Capitações Reais						11,72	11,37	11,31	11,32	11,23	10,73	10,34	10,16
Variação						0%	-4%	-5%	-5%	-7%	-12%	-15%	-17%

- O controlo de perdas, para além de ser um objectivo ambiental e económico, é um factor de eficiência a prosseguir, tendo o mesmo registado significativas melhorias, implicando a diminuição considerável de volumes desperdiçados na rede;

- Ao contrário do previsto no contrato, os SMAS de Loures, a breve prazo, poderão vir a ser servidos pela conduta que foi construída entre Arcena e Mafra, com um consumo previsto de 3.000 m³/dia;
- Os volumes mínimos não consumidos vão provocar aumentos tarifários muito significativos no consumidor final;
- Os valores facturados a título de consumos mínimos não alcançados representam, para a EPAL, vantagens económicas inerentes à ausência de custos de produção, tratamento e distribuição, os quais ainda têm a vantagem de poderem ser actualizados ao longo do contrato;

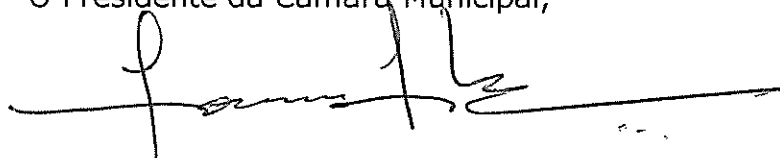
Foi já comunicado à EPAL, através do nosso ofício Saída/2013/12564, de 22 de Novembro último, em anexo, a necessidade premente de se proceder à revisão da referida cláusula, tendo para o efeito sido apresentado uma proposta que prolonga o horizonte temporal do contrato de exclusividade de fornecimento até ao ano de 2055.

A proposta foi delineada com o objectivo de respeitar, integralmente, o espírito do contrato e o investimento realizado pela EPAL.

Neste contexto, proponho que o Executivo Municipal aprove o desenvolvimento da negociação com a EPAL, de acordo com os pressupostos supra enumerados e os demais constantes do ofício já enviado àquela entidade, bem como a comunicação à concessionária COMPAGNIE GÉNÉRALE DES EAUX (PORTUGAL), SA ora designada BE WATER, SA que, face, às diligências em curso, a proposta tarifária a apresentar para 2014 não faça repercutir o custo correspondente à parcela do volume mínimo anteriormente contratualizado com a EPAL.

Paços do Município, 25 de Novembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Exmo. Senhor
Presidente da EPAL - Empresa Portuguesa
das Águas Livres, S.A.
Eng.º José Sardinha
Av. da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data
22-11-2013

Assunto: **Cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água, contratualizado entre o Município de Mafra e a EPAL.**

Senhor Presidente,

Na sequência da reunião realizada com V. Exa. na passada quarta-feira, vem esta Câmara Municipal propor a revisão da cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água, contratualizado entre o Município de Mafra e a EPAL.

A alteração significativa dos pressupostos de consumo, no que concerne quer às capitações, quer à evolução do número de consumidores, determina que se deva proceder à sua revisão, em ordem a que o tarifário não seja sujeito a significativas alterações com reflexo no consumidor final.

Considerando que:

- O mercado de captação, distribuição e venda da água, sendo altamente regulado, é referente a um bem essencial e também um recurso escasso;
- A opinião pública e os consumidores em particular têm vindo, cada vez mais, fruto de campanhas de sensibilização, a aderir aos "eco-gestos", reduzindo e racionalizando o consumo de água;
- Os factores económicos recentes também têm contribuído para uma redução de consumos;
- A evolução é divergente entre as capitações reais e previstas no contrato:



CAPITAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Capitações Previstas Contrato	11,25	11,34	11,79	11,54	11,87	11,72	11,78	11,87	11,96	12,05	12,14	12,13	12,23
Capitações Reais						11,72	11,37	11,31	11,32	11,23	10,73	10,34	10,16
Variação						0%	-4%	-5%	-5%	-7%	-12%	-15%	-17%

- O controlo de perdas, para além de ser um objectivo ambiental e económico, é um factor de eficiência a prosseguir, tendo o mesmo registado significativas melhorias, implicando a diminuição considerável de volumes desperdiçados na rede;
- Ao contrário do previsto no contrato, os SMAS de Loures, a breve prazo, poderão vir a ser servidos pela conduta que foi construída entre Arcena e Mafra, com um consumo previsto de 3.000 m³/dia;
- Os volumes mínimos não consumidos vão provocar aumentos tarifários muito significativos no consumidor final;
- Os valores facturados a título de consumos mínimos não alcançados representam, para a EPAL, vantagens económicas inerentes à ausência de custos de produção, tratamento e distribuição, os quais ainda têm a vantagem de poderem ser actualizados ao longo do contrato;

Assim, julga-se oportuno e urgente apresentar a proposta, anexa, que prolonga o horizonte temporal do contrato de exclusividade de fornecimento até ao ano de 2055.

Esta proposta foi delineada com o objectivo de respeitar, integralmente, o espírito do contrato e o investimento realizado pela EPAL.

Na expectativa de que a presente proposta possa merecer o acolhimento de V. Exa. e a consequente rápida resposta, apresento os meus melhores cumprimentos.

e elevada consideração,

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt



REVISÃO DO CONTRATO CMM – EPAL NO QUE RESPEITA AOS VOLUMES MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

A divergência crescente entre as necessidades municipais de água e os volumes mínimos contratualizados com as Entidades em Alta, tornaram imperativa a revisão dos mesmos. Para 2013 prevê-se que o volume contratualizado, não consumido, ascenda a cerca de 1.500.000 m³ (21%).

Pressupostos e critérios subjacentes à atual proposta de revisão dos volumes mínimos e consequente prolongamento de contrato

- Prolongamento do contrato até 2055;
- A retração dos consumos verificada desde 2009, manter-se-á (embora a taxas mais moderadas) até 2015, no ano de 2016 estima-se que poderá ser um ano de estagnação, e a partir de 2017 considerou-se um acréscimo progressivo do consumo;
- A taxa de crescimento do consumo prevista para 2017 é de 0,25%, prevendo-se que o acréscimo anual possa evoluir de forma constante e progressiva até cerca de 2,9% no fim do período.



Volumes mínimos anuais (m3)

Ano	Contratados	Revisão proposta
2009	4 577 361	4 577 361
2010	4 656 781	4 656 781
2011	4 882 571	4 882 571
2012	5 028 999	5 028 999
2013	5 213 885	3 731 065
2014	5 395 493	3 529 723
2015	5 560 308	3 454 665
2016	5 860 098	3 435 415
2017	6 012 881	3 429 544
2018	6 161 605	3 426 806
2019	6 305 897	3 427 227
2020	6 384 400	3 430 840
2021	6 467 750	3 437 683
2022	6 551 100	3 447 799
2023	6 634 450	3 461 238
2024	6 704 880	3 478 056
2025	6 775 310	3 498 314
2026	6 845 740	3 522 081
2027	6 916 170	3 549 430
2028	6 986 600	3 580 444
2029	7 039 740	3 615 210
2030	7 092 880	3 653 823
2031	7 146 020	3 696 388
2032	7 199 160	3 762 264
2033	7 252 300	3 832 320
2034	7 438 101	3 906 684
2035	7 627 618	3 985 492
2036	7 820 925	4 784 640
2037	8 018 099	4 872 782
2038	8 208 099	4 965 834
2039	8 398 099	5 063 972
2040	8 588 099	5 167 385
2041	8 778 099	5 276 270
2042		5 390 839
2043		5 511 319
2044		5 637 947
2045		5 770 977
2046		5 910 678
2047		6 057 335
2048		6 211 251
2049		6 372 748
2050		6 542 166
2051		6 719 865
2052		6 906 230
2053		7 101 667
2054		7 306 606
2055		7 520 787
Total	220 529 518	220 529 518

**Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro**

PARECER

Concedido e/o proposto.
Ao Sr. Presidente para reunião
de Câmara.

26/11/2013

O Vereador

(Hugo Luís)

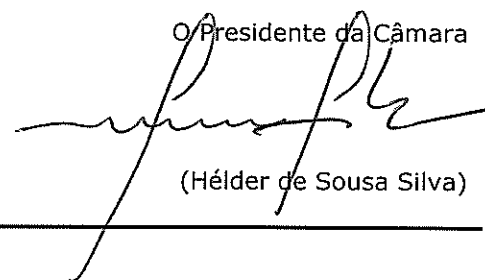
HLS

DESPACHO

A reunião

26/11/13

O Presidente da Câmara



(Hélder de Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12738

ASSUNTO: Isenção de Taxas - Eventos de interesse municipal

Dispõe o n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Mafra que, "por deliberação da Câmara Municipal de Mafra, devidamente fundamentada, podem beneficiar de isenção de taxas os eventos de manifesto e relevante interesse municipal".

Verifica-se que são várias as entidades, mormente as de cariz associativo, que, aquando da organização de actividades de natureza cultural, desportiva, social, ou recreativa, ao requererem à Câmara Municipal os necessários licenciamentos, solicitam, simultaneamente a isenção das taxas correspondentes.

Usualmente os citados pedidos de isenção fundamentam-se no facto de os eventos não terem fins lucrativos e destinar-se a receita, eventualmente obtida, a financiar actividades ou investimentos dessas mesmas entidades ou de outras de igual mérito.

Admite-se que por economia de meios e custos procedimentais, se justificará que a Câmara Municipal possa definir um critério geral que permita o enquadramento geral

**Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro**

dos diversos pedidos de isenção que, em similitude de pressupostos e factos, permita o mesmo enquadramento normativo e, consequentemente, o seu deferimento.

Por outro lado, estabelecido aquele critério genérico, será possível e desejável proceder à delegação de competências, com faculdade de subdelegação, relativa ao deferimento casuístico dos pedidos de isenção em causa, respeitando as orientações definidas pelo Executivo Camarário.

Face ao exposto, propõe-se, se superiormente assim se entender, submeter a deliberação camarária, o seguinte:

1. Reconhecer, para efeitos da previsão do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Mafra, o manifesto e relevante interesse municipal dos eventos de natureza cultural, desportiva, social, ou recreativa, promovidos por entidades de cariz associativo, públicas, civis ou religiosas, cuja actividade principal seja exercida no concelho, desde que as receitas daí recorrentes sejam destinadas a financiar actividades ou investimentos dessas mesmas entidades ou de outras de igual mérito, no âmbito dos respectivos objectos sociais.
2. Delegar, com faculdade de subdelegação, no Presidente da Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 32.º e 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a competência para isentar de taxas os promotores dos eventos a que se refere o número anterior.
3. Que todos os casos que não se incluam na previsão do número 1, ou sobre os quais exista dúvidas sobre o interesse municipal dos eventos respectivos, continuem a ser submetidos a deliberação camarária.

Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, 2013.11.25

O Director



(Paulo Dias Jorge)

Concedido com o proposto,
Ao Sr. Presidente para reunião
de Câmara.

2013/11/26

[Handwritten signature]



2.4.

030

PARECER

Concedido.

A consideração superior o
passível agendamento para
reunião de Câmara.

2013/11/26

O D. D. AGF

O (A)

Exmo. Sr. Direta

Concedido com o proposto

A consideração superior

A Chefe de Divisão de

Gestão Financeira e Contratação Pública

(Maria do Carmo Graça, 2013)

2013-11-26

DESPACHO

26/11/13

O (A)

[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO Interno/2013/12622

Assunto: Plano Anual de Feiras do Concelho de Mafra para o ano 2014

De acordo com a Lei n.º 27/2013, de 12 de Abril, diploma que estabelece o regime jurídico a que fica sujeito a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde os mesmos se realizam, devem as autarquias, nos termos do n.º 6 artigo 18.º do referido diploma, até ao início de cada ano civil, aprovar e publicar no respectivo sítio na Internet o seu plano anual de feiras e os locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos.

Assim, e após consulta às Juntas de Freguesia do Concelho, propõe-se que seja submetido a deliberação camarária, o Plano Anual de Feiras conforme quadro seguinte:

Freguesia	Designação	Local	Periodicidade
Azueira e Sobral da Abelheira	Mercado Mensal	Largo do Jardim e Largo Quinta do Campo - Livramento	<u>Mensal</u> (2.º Domingo)
	Feira dos Santos	Largo do Jardim, Largo Quinta do Campo, Largo N. Sra. do Livramento e Rua Principal - Livramento	<u>Anual</u> (01 de Novembro)
Encarnação	Mercado Mensal	Parque de Feiras e Exposições (PEF) no Largo D. João V e Rua do Caldeirão - Encarnação	<u>Mensal</u> (1.º Domingo)
Ericeira	Feira tradicional de venda de alhos	Largo de São Sebastião	<u>Anual</u> (25 de Julho)
Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Feira Franca - Feira de São Silvestre	Recinto de "Festas do Gradil"	<u>Anual</u> (31 de Dezembro)
Mafra	Feira Mensal	Parque Intermodal - Mafra	<u>Mensal</u> (3.º Domingo) A iniciar durante o 1.º semestre de 2014
	Feira tradicional dos Alhos		<u>Anual</u> (3.º Domingo de Julho)
	Feira tradicional de Santo André		<u>Anual</u> (30 de Novembro)
	Feira do artesanato e de produtos regionais	Frente ao Palácio Nacional de Mafra	<u>Mensal</u> (1.º Fim-de-semana de cada mês) A iniciar durante o 1.º semestre de 2014
	Feira de venda de produtos hortofrutícolas	Estrada Nacional 116, em frente à Aldeia Típica José Franco - Sobreiro	Sábados, Domingos e Feriados
Malveira e São Miguel de Alcaíça	Feira Tradicional	Largo da Feira na Malveira	<u>Semanal</u> (5.ª Feira)
	Feira do Gado	Largo da Ermida na Malveira	
	Mini Feira	Rua Miguel Júdicibus Ferreira - Malveira	Sábados, Domingos e Feriados
Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Feira	Junto à Escola EB 2/3 da Venda do Pinheiro - Rua Luís de Camões	Sábados e Domingos

21/11/2013

À Consideração Superior.

A Técnica Superior



Rita Varela

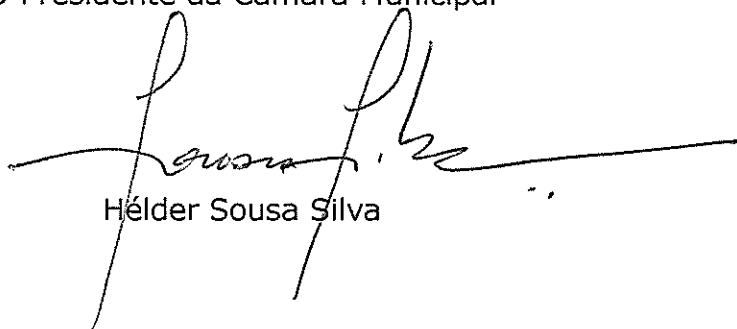
PROPOSTA

- Considerando a tradição já seguida nos últimos anos na época natalícia, de alargamento do período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do Concelho;
- Considerando o firme propósito deste executivo em aprovar diversas medidas que permitam a dinamização do comércio local;
- Considerando ainda que esta Câmara Municipal irá promover actividades alusivas ao Natal, no espaço envolvente ao Palácio Nacional de Mafra, designadamente actividades de artesanato, potenciando, assim a animação de toda a zona em causa.

Propõe-se ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, que os estabelecimentos comerciais da área do Município, que assim o desejem, funcionem durante o mês de Dezembro até às 24:00 horas, todos os dias da semana, incluindo Sábados, Domingos e feriados, sem necessidade de alterarem os Mapas de Horário afixados, e sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis sobre a matéria laboral.

Mafra, 18 de Novembro de 2013

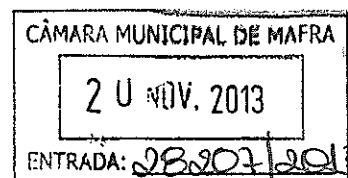
O Presidente da Câmara Municipal



Helder Sousa Silva



Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara
Municipal de Mafra
Praça do Município
2644-001 MAFRA

Docebi
em 20/11/2013

N/ REF.º 120/13 MG/DR
Entregue Por Mão Própria

Mafra, 15 de Novembro de 2013.

ASSUNTO: Alargamento do Horário de Funcionamento.

Ex.mo Senhor Presidente,

Aproximando-se o período natalício, época em que o comércio retalhista do nosso Concelho regista algum acréscimo de movimentação, solicitamos a V. Ex.ª se digne conceder um alargamento do período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, fixando-se o encerramento às 24.00 horas, em todos os dias da semana, incluindo Sábados, Domingos e Feriados, durante o mês de Dezembro do corrente ano, sem prejuízo do cumprimento das disposições da legislação laboral sobre a matéria.

Antecipadamente gratos pela V. atenção, subscrevemo-nos com consideração e respeito.

Com os melhores cumprimentos,

ACISM - Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra
R. CIDADE FREHEL, Nº 14 - R/C - 2640-469 MAFRA
TELEF. 261 816 060 - FAX 261 816 061
TELEM. 904 063 525

Carlos Santos

PARECER

Concordo.
A consideração superior, o possível
agrandamento para reunião de
Câmara.

2013/11/25

O ADRIGF

O (A)

Sr. Diácono

Concordo com o proposto informação
proporido no o assunto seja
qualidade superior para
deixar subentendido a aprovação das
Ordens Coletivas.

A Chefia de Divisão de

Gestão Financeira e Contabilidade Pública

(Maria do Carmo Graça, D.º)

DESPACHO

Concedo e o proposto.
Ao Sr. Presidente para reunião de
Câmara. 2013/11/26

H.º F.º

26/11/13

O (A)

A reunião

foram

INFORMAÇÃO Interno/2013/12548

Assunto: Seguro de Acidentes Pessoais - Membros dos Órgãos Autárquicos - Mandato 2013/2017.

Relativamente ao seguro de acidentes dos membros dos Órgãos Autárquicos, o art.º 17.º, do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei nº 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei nº 52-A/2005 de 10 de Outubro, determina o seguinte:

"1 - Os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor.

2 - Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respectiva remuneração mensal."

Actualmente, o Município de Maфра detém com a AXA uma apólice, a que corresponderá a um custo anual de cerca de 1.149,00€, cujos capitais são de iguais montantes quer se trate de membro da assembleia municipal, quer seja vereador a tempo parcial, vereador a tempo inteiro ou presidente da câmara municipal, conforme quadro infra:

COBERTURAS	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	VEREADORES A TEMPO PARCIAL	VEREADORES A TEMPO INTEIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE	250.000,00 €	250.000,00 €	250.000,00 €	250.000,00 €
SUBSÍDIO DIÁRIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	50,00 €	50,00 €	50,00 €	50,00 €
DESPESAS DE TRATAMENTO E DE REPATRIAMENTO	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €

Propõe-se a manutenção dos capitais em vigência, mais se propõe que em cumprimento do referido normativo legal, se submeta a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a aprovação dos respectivos seguros de acidentes pessoais, nos termos ora propostos.

À consideração superior.

X 

Ana Isabel Martins
Técnica Superior

PARECER

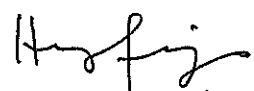
Concordo. A consideração de
perder o possível aproveitamento
na renovação de contratos, sabendo-se
que a renovação em si mesmo pode
ser objecto de uma modificação
objectiva do contrato, tendente a
redução em 50% do valor pago
mensalmente, o que se pode
considerar em favor
da consideração superior

2013/11/26

(1) 
A Chefe de Divisão de
Gestão Financeira e Contratação Pública
(Maria do Carmo Graça, Dr.ª)

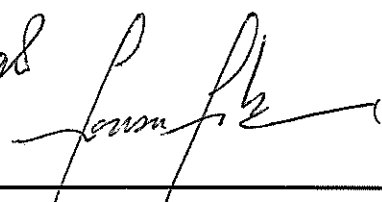
DESPACHO

Concedido e/o proposto. Ao Sr.
Presidente para reunião de Câmara.

2013/11/26 

2013/11/26

O (A)

A reunião 

INFORMAÇÃO Interno/2013/12576

Assunto: Prestação de Serviço em regime de Avença – Jurista – Regularização do Património Municipal - Renovação.

Relativamente ao contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, celebrado com a Dra. Helena Maria da Costa Lopes Pestana, na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em doze de Dezembro de dois mil e onze, cujo objecto é o apoio jurídico para a regularização do património municipal, celebrado pelo prazo de seis meses, eventualmente renovável por iguais períodos, pelo valor base de 6.000,00 € (seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, verificando-se que se mantêm os pressupostos subjacentes à sua contratação, informa-se que existe interesse na renovação automática do contrato, cuja última renovação terá o seu término a 10 de Janeiro de 2014.

Ora atenta as disposições conjugadas nos n.ºs 4 e 10, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços que consubstanciem em avenças ou consultadoria técnica carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

Pelo que, encontrando-se salvaguardados os requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5 do artigo mencionado anteriormente, nomeadamente: tratar-se da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e não sendo exigível o cumprimento

relativamente à redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, na sua redacção actual, por não se verificarem os pressupostos do referido no n.º 1 do art.º 75.º, propõe-se a submissão da presente informação para recolha de parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

Caso seja intenção de se renovar o contrato deverá ser salvaguardado previamente o requisito previsto na alínea b) do n.º 5 do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, ou seja, garantir o devido cabimento.

À consideração superior,

X 

Ana Isabel Martins
Técnica Superior

PARECER

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Visto.

2013/11/28
...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

Concedido

à consideração superior

2013/11/28
...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

[Signature]

DESPACHO

...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12873

Assunto: Prestação de Serviço em regime de Avença-Regularização do Património Municipal

Verificando-se a necessidade de se proceder à aquisição de serviço supra mencionada, com efeitos no ano de 2014, informa-se que está contemplado na Proposta de Orçamento em elaboração para o ano de 2014, o valor de 6.000,00€ (seis mil euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, na classificação 0102/010107 - Pessoal em regime de Tarefa ou Avença na orgânica da Câmara Municipal, dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

É o que me cumpre informar.

X *Dulce Lourenço*

Dulce Lourenço

PROPOSTA

Nos termos da alínea oo), do n.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal designar os seus representantes em quaisquer entidades nas quais o Município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da Administração Local.

Considerando que o artigo 18.º do Regulamento geral do Hospital Beatriz Ângelo, estatuí a existência de um Conselho Consultivo enquanto órgão de consulta e participação comunitária.

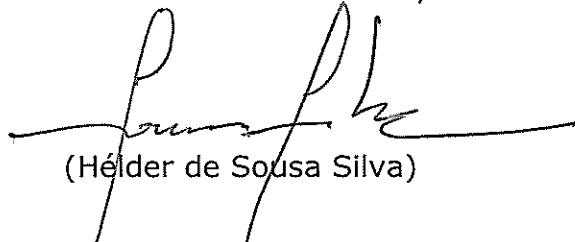
Considerando que o Conselho Consultivo é constituído por oito elementos, sendo um representante de cada um dos concelhos da área de influência do Hospital Beatriz Ângelo e quatro elementos de mérito da sociedade civil.

Considerando que o concelho de Mafra é um dos concelhos da área de influência do Hospital Beatriz Ângelo.

Proponho, ao abrigo do citado normativo, que a Câmara Municipal delibere no sentido de designar, como representante do Município, no Conselho Consultivo do Hospital Beatriz Ângelo, a senhora Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues.

Paços do Município de Mafra, 20 de Novembro de 2013

O Presidente da Câmara,



(Hélder de Sousa Silva)

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município

2644 – 001 Mafra

Loures, 13 de novembro de 2013

N/Ref.0587/2013_AMV

Assunto: Indigitação de representante da Câmara Municipal de Mafra no Conselho Consultivo do Hospital Beatriz Ângelo

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

O artigo 18º do Regulamento Geral do Hospital Beatriz Ângelo (que se transcreve no final do presente ofício), à semelhança do que se verifica com os demais hospitais públicos portugueses, estatui a existência de um Conselho Consultivo enquanto órgão de consulta e participação comunitária.

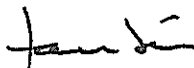
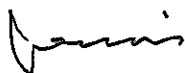
Se até agora o Hospital esteve envolvido nas tarefas de abertura, consolidação da sua implantação junto da população que serve e obtenção das certificações e acreditação da qualidade, é chegado o momento de constituir o Conselho Consultivo, enquanto importante instrumento de participação comunitária na vida de um tão importante equipamento social.

O Conselho Consultivo é constituído por oito elementos, sendo um representante de cada um dos concelhos da área de influência do Hospital Beatriz Ângelo e quatro elementos de mérito da sociedade civil. Estes elementos, já convidados e que aceitaram integrar o Conselho, são os seguintes: Drª Maria de Belém Roseira (Jurista, Deputada, foi Ministra da Saúde e da Igualdade), Drª Helena Sacadura Cabral (Economista, Jornalista e Escritora), Prof. Doutor Germano Marques da Silva (Jurista, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica), Prof. Doutor Diniz da Gama (Médico

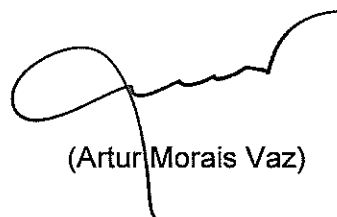
Cirurgião Vascular, Professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa).

Assim, solicitam-se os bons ofícios de V. Ex^a no sentido da câmara Municipal de Mafra indigitar o seu representante neste Conselho, para que possa iniciar a sua atividade até ao final do corrente ano.

Certos do interesse de V. Ex^a, apresentamos os nossos melhores cumprimentos



O Administrador Executivo


(Artur Morais Vaz)